
	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS</b>  <b>PARECER ÚNICO</b>	<b>Data: 08/01/2008</b> <b>Folha: 1/28</b>
---	--	---

<b>PARECER ÚNICO</b> <b>Nº 003/2008 – SUPRAM NM</b>	<b>042585/2008</b>
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: <b>04902/2007/001/2007</b>	
Tipo de processo: Licenciamento Ambiental ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Auto de Infração (    )	

PARECER UNICO

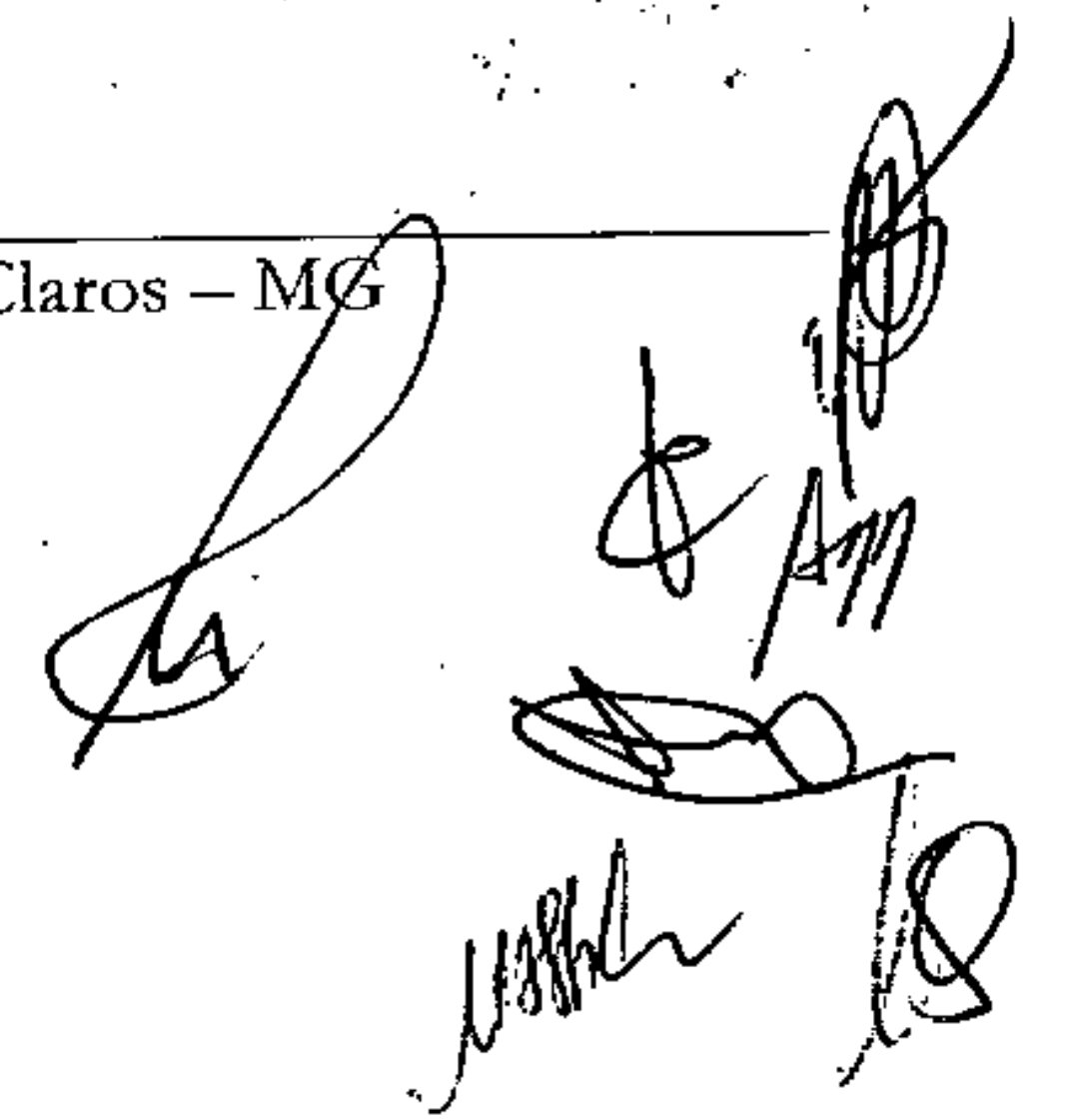
Processo: 04902/2007/001/2007  
 Documento: 042585/2008




Pag.: 177

**Identificação:**

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): <b>Sílvio Silveira</b>	CNPJ / CPF: <b>087.539.036-68</b>
Empreendimento (Nome Fantasia): <b>Fazenda São Francisco</b>	
Município: <b>Lassance</b>	
Atividade predominante: <b>Silvicultura</b>	
Código da DN e Parâmetro: <b>G-03-02-6</b>	
Porte do Empreendimento: Pequeno (    ) Médio (    ) Grande ( <input checked="" type="checkbox"/> )	Potencial Poluidor: Pequeno (    ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Grande (    )
Classe do Empreendimento: 1 (    ) 2 (    ) 3 (    ) 4 (    ) 5 ( <input checked="" type="checkbox"/> ) 6 (    )	
Fase Atual do Empreendimento: LP (    ) LI (    ) LO (    ) LOC ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Revalidação (    ) Ampliação (    ) ;	
Localizado em UC (Unidades de Conservação)? ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não (    ) Sim	
Bacia Hidrográfica: <b>Bacia do Rio São Francisco</b>	
Sub Bacia: <b>Córrego Carambola</b>	



	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS</b>	<b>Data: 08/01/2008</b> <b>Folha: 2/28</b>
	<b>PARECER ÚNICO</b>	

Processo: 04982/2007/601/2007  
Documento: 042585/2008



Pag.: 178

**1. Histórico**

Inspeção/Vistoria/fiscalização	Relatório	de	Data:
( ) Não ( X ) Sim	Inspeção/Vistoria/Fiscalização Nº: <b>SUPRAM NM 079/2007</b> <b>SUPRAM NM 110/2007</b>		<b>22/08/2007</b> <b>14/11/2007</b>
Notificações Emitidas Nº:	Advertências Emitidas Nº:		Multas Nº:

**2. Descrição do histórico**

A Fazenda São Francisco Consultoria e Assessoria – EPP – fora criada em **02/08/1969**, tendo como finalidade a administração da fazenda e de seu patrimônio. Em 12 de maio de 2004, por força de alteração contratual devidamente aprovada e registrada com a redução do Capital Social da empresa por transferência passou a pertencer unicamente ao sócio Silvio Silveira, conforme consta no Registro de Imóveis nos autos do processo, juntamente com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral.

As atividades desenvolvidas atualmente no empreendimento são: culturas anuais G – 01 – 03 – 1 com 620 ha, criação de bovinos de corte (extensivo) G – 02 – 10 – 0 com 2900 cabeças, criação de bovinos de corte (confinados) G – 02 – 08 – 9 com 1200 cabeças, cultura de cana de açúcar G – 01 – 07 – 4 com 15 ha, criação de equinos e muares G – 02 – 09 – 7 com 30 cabeças, pretende-se implantar a silvicultura G – 03 – 02 – 6 com área 3.193,27 ha e produção de carvão vegetal, de origem nativa / aproveitamento do rendimento lenhoso G – 03 – 04 2 com 20.000 mdc/ano (nessa área onde se pretende implantar a silvicultura).

O Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCEI) de nº 032320 tem data de 16/04/2007 e o Formulário de Orientação Básica (FOBI) de nº 170738/2007 A foi emitido em 19/04/2007. A entrega dos documentos exigidos pelo FOBI de nº 170738/2007 foi realizada no dia 21/05/2007 quando foi emitido o recibo de entrega.

No dia 10/09/2007 foi solicitada uma retificação no Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCEI) de nº 032320 e o Formulário de Orientação Básica (FOBI) de nº 170738/2007A, solicitando o acréscimo da atividade produção de carvão vegetal, de origem nativa / aproveitamento do rendimento lenhoso, como consequência foi gerado um FOBI retificado solicitando documentos para APEF (autorização para exploração florestal). A entrega dos documentos exigidos pelo FOBI de nº 170738/2007 B (retificado) foi realizada no dia 25/10/2007 quando foi emitido o recibo de entrega.

Em 22/08/2007 foi realizada vistoria no empreendimento onde foram constatadas in loco situações informadas no Relatório de Controle Ambiental (RCA).

Nesta vistoria foi constatado que as atividades desenvolvidas no empreendimento são: criação de bovinos de corte (extensivo), criação de bovinos de corte (confinados), nos foi informado que as culturas anuais que são plantadas são a soja e milho - sequeiro, cultura de cana de açúcar. A atividade de silvicultura será implantada em uma área que já

Rua Carmino de Abreu, 291 – Bairro Morada do Sol – Montes Claros – MG  
CEP 39.403-226 – Tel: (038) 3212-3811 / 2653

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NORTE DE MINAS  
PARECER ÚNICO**

anteriormente havia sido explorada com o plantio de eucalipto em aproximadamente 15 anos atrás em consequência nesta área houve a regeneração da vegetação nativa, portanto nesta vistoria foi solicitado ao empreendedor que se fizesse a solicitação do processo de APEF para uma área de 3.193,27 ha e haverá a produção de carvão vegetal de origem nativa / para aproveitamento do rendimento lenhoso. Nos foi informado que o empreendimento possui 10 (dez) funcionários com carteira assinada, constatamos que os funcionários assalariados residem com suas famílias no próprio empreendimento. Os efluentes sanitários das casas dos funcionários e sede da fazenda são direcionados para fossas negras. O lixo doméstico é destinado para valas no solo onde são posteriormente queimados. Para abastecer as casas a água é proveniente de uma captação superficial regularizada pelo IGAM, existem no empreendimento 06 (seis) barramentos em curso d'água todos cadastrados pelo IGAM. Constatamos na vistoria que no empreendimento existe uma pequena área de abastecimento de veículos e máquinas agrícolas assim como uma área de lavagem, esta área deverá ser adequada. Existe na propriedade um galpão onde se armazena os defensivos agrícolas e suas embalagens vazias, onde fomos informados que as embalagens vazias são encaminhadas para o posto de coleta mais próximo. No empreendimento ocorre a rotação de culturas entre culturas anuais tais como soja e milho com a pastagem, onde fomos informados que se utiliza a técnica do plantio direto nas culturas anuais. A criação de bovinos de corte em manejo extensivo ocorre em uma área de 4451 ha sendo a área é de topografia plana a suavemente ondulada, conforme fomos informados o número de animais no manejo extensivo corresponde a 2900 cabeças. A criação de bovinos em regime confinado possui 1200 cabeças sendo que uma parte da alimentação desses animais é produzida na própria fazenda através de silagem composta de cana de açúcar. Na fazenda constatamos áreas de preservação permanentes tais como, matas ciliares (margem do Rio São Francisco, Córrego Carambola e outros), várias veredas, grotas, onde boa parte destas áreas se encontra em bom estado de conservação, sendo que em alguns pontos torna-se necessário a regeneração da mata ciliar com mata nativa para que se cumpra a legislação em vigor. Constatamos que a Fauna e a flora existente no empreendimento é bastante diversificada.

Com base na vistoria realizada foi encaminhado para o empreendedor Ofício SUPRAM NM nº 671/2007, de 27 de setembro de 2007 solicitando informações complementares.

No dia 25/10/2007 foi protocolado a entrega dos documentos exigidos nas informações complementares.

Em 14/11/2007 foi realizada nova vistoria no empreendimento onde foram constatadas in loco algumas situações:

Constatamos que algumas áreas de preservação permanente (veredas) e de remanescentes de vegetação nativa de cerrado não se encontram devidamente demarcadas na planta topográfica apresentada pelo empreendedor e que estão anexas no processo, onde foi solicitado ao empreendedor apresentar 04 (quatro) novas vias de plantas topográficas contendo o devido detalhamento interno e quadro de áreas conforme exigido pela portaria IEF nº 191/2005. Algumas parcelas do inventário florestal (planilha de campo) foram conferidas e as mesmas coincidiram com as informações prestadas.



Em 13/12/2007 foi protocolado a entrega dos documentos exigidos no relatório de vistoria emitido na vistoria do dia 14/11/2007.

### 3. Introdução

O presente parecer trata de solicitação da Licença de Operação Corretiva (LOC), requerida em 05-05-2007, para o empreendimento Sílvio Silveira – Fazenda São Francisco, localizada zona rural do município de Lassance, estando o ponto de coordenadas geográficas Latitude S 17° 49' 38" e Longitude W 45° 03' 28" inserido em seu interior.

A área total do empreendimento é de **12.759,0531 hectares**, anexo aos autos, assim como a escritura unificada de todas as matrículas passada pelo cartório de registro de imóveis de Várzea da Palma, documento este que faz parte dos autos do processo nº 028/2007 Reserva Legal – pg 01 a pg 03 vinculado ao processo de regularização ambiental de nº 04902/2007/001/2007 – Sílvio Silveira.

Podemos apresentar de maneira resumida o uso do solo no empreendimento como sendo:

- Reserva Legal a ser averbada \_ 2.608,47 ha.
- Cana de açúcar \_ 12,00 ha.
- Culturas anuais \_ são 620,00 ha distribuídos entre as culturas de milho e soja ocorrendo a rotação de culturas com a pastagem
- Pastagem plantada \_ 4.451,0282 ha
- Área solicitada para desmate \_ 3.193,27 ha. Onde será implantada a Silvicultura.
- Área de preservação permanente \_ 1.382,393 ha.
- Área construída (estradas, currais, galpões e casas) \_ 3,0 ha.

### 4. Do processo produtivo

#### Silvicultura:

#### Limpeza da área

Na limpeza será retirado apenas o material lenhoso para carvão e madeira. A limpeza corresponde às operações de derrubada, remoção e enleiramento da vegetação. A área de 3.193,27 hectares será arrendada para a Gerda, a qual fará a implantação da silvicultura.

#### Combate às formigas

O combate às formigas cortadeiras será executado antes, durante e após o plantio. São três fases de combate, ou seja, combate inicial, repasse e ronda. O combate inicial será realizado após a limpeza da área e antes do revolvimento do solo. O repasse será realizado 60 dias após o combate inicial.

#### Preparo do solo



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NORTE DE MINAS  
PARECER ÚNICO**

**Pag.: 181**  
**Data: 08/07/2008**  
**Folha: 5/28**

O preparo do solo será realizado por meio de grade aradora, posteriormente serão abertos os sulcos para plantio utilizando-se escarificadores ou sulcadores.

**Plantio**

Serão utilizadas mudas de eucalipto produzidas por propagação vegetativa (clones). O espaçamento utilizado será 3m entre plantas e 4m entre linhas, no caso do plantio convencional.

**Calagem**

A quantidade de calcário a ser aplicado será determinada por meio de análise de solo. A primeira aplicação antes do plantio e a segunda quando o plantio estiver com 30 a 36 meses de idade, isto é, junto a adubação de manutenção.

**Adubação Mineral**

Na adubação de plantio o adubo é aplicado na cova ou no sulco de plantio. A adubação de cobertura será realizada aproximadamente 3 meses após o plantio. O adubo será distribuído ao lado das plantas, em faixas ou em coroamento.

**Controle de Plantas daninhas**

Será realizado o controle mecânico das plantas daninhas, sendo feito principalmente através do uso de roçadeira ou através de uma gradagem leve. Em regiões acidentadas recomenda-se alternar o combate mecânico das ervas daninhas, efetuando linha sim, linha não como forma de precaver contra o surgimento de erosão.

**Colheita**

A colheita do material lenhoso do cultivo de eucalipto será mecânico, o qual é facilitado pela topografia plana e a uniformidade das plantas. O primeiro corte ocorrerá em a partir do 6º ano do plantio. A expectativa é de produzir 35 m<sup>3</sup>/ha/ano na área de plantio convencional.

**Bovinocultura de Corte Extensivo:**

Os animais são criados no regime extensivo, recebendo suplementação com uma mistura de sal comum + os minerais, a qual é distribuída em cochos distribuídos pelas pastagens. É comum atualmente a adição de uréia ao sal, evitando a perda de peso e aumentando a produtividade. Geralmente as raças preferidas para a engorda é a Nelore, mas nem sempre se encontra no mercado, por ser resistente e apresentar melhor preço no mercado.

**Bovinocultura de Corte Confinado:**

Iniciada como forma de evitar a perda de animais durante o período da seca, tornou-se a grande aliada no ganho de peso dos bezerros adquiridos com peso entre 5 a 6 arrobas, os quais muitas vezes chegavam ao empreendimento depauperados e apresentavam retardo no desenvolvimento e conseqüentemente na idade de abate. Os comedouros ficam em uma área de pastagem sem ser cercado a livre acesso dos animais, sendo abastecidos por uma carreta forrageira tracionada por trator. O confinamento, não é feito da forma tradicional mantendo os animais presos em uma área reduzida tendo acesso a água, sal mineral e volumoso. No caso da Fazenda São Francisco, podemos classificar como um semi-confinamento, uma vez que os animais têm acesso ao volumoso e também ao pasto.

**Culturas Anuais:**

Rua Carmino de Abreu, 291 – Bairro Morada do Sol – Montes Claros – MG  
CEP 39.403-226 – Tel: (038) 3212-3811 / 2653



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NORTE DE MINAS  
PARECER ÚNICO

Pag.: 182  
Data: 09/07/2015  
Folha: 6/28

A recuperação das pastagens apresentava um custo elevado, principalmente pela grande extensão da propriedade e pelo solo de baixa fertilidade na maior parte do empreendimento. A solução mais econômica encontrada foi o cultivo de grãos, milho e/ou soja, recuperando o solo e reduzindo o custo com a venda dos produtos. No ano de 2005/2006 foram cultivados 620 hectares. Conforme fomos informados, desde 1974 já eram feitos os cultivos no empreendimento, sendo uma forma de melhorar as condições do solo após a retirada da vegetação do cerrado para a implantação das pastagens. Primeiro veio o milho e posteriormente a soja, esta última com a vantagem de se tratar de uma leguminosa e ficar nitrogênio ao solo. A seguir descrevemos as principais culturas da Fazenda São Francisco.

#### A- Cultivo do Milho:

As mesmas práticas adotadas no cultivo do milho também são adotadas para o cultivo do sorgo, o qual é feito apenas com o intuito de aproveitar a resistência da cultura a períodos de maior escassez de chuvas, ou seja, como segundo cultivo, uma vez que o regime hídrico da região não permite a obtenção da *safrinha*. Tanto o sorgo quanto o milho podem ser usados para se fazer silagem da planta inteira, a qual é picada e triturada, sendo armazenada em silos para posteriormente ser fornecida aos bovinos. A principal forma de aproveitamento do sorgo e do milho neste empreendimento é para a colheita dos grãos para a venda a terceiros.

#### Plantio:

No plantio o solo é preparado da forma convencional, ou seja, após a destoca fora feita uma aração seguida de duas gradagens e uma nivelção, sendo o plantio realizado em nível, com a presença de curvas de nível ou de terraços.

#### Controle de plantas daninhas:

O controle de plantas daninhas é realizado utilizando-se o herbicida pré-emergente.

#### Controle de pragas:

Para o controle das pragas as sementes são tratadas com inseticidas químicos e biológicos. Os inseticidas são aplicados apenas quando ocorre infestação, sendo a dosagem de acordo com a praga detectada orientada por Engenheiro Agrônomo.

As embalagens vazias passam pela triplice lavagem, são inutilizadas e acondicionadas em um depósito para posteriormente serem devolvidas ao fabricante e/ou comerciante, de acordo com a legislação.

#### Adubação do milho

O milho é adubado do seguinte modo: (a) **calagem** – 3.000 kg/ha de calcário dolomítico; (b) **adubação de plantio** – 300 kg/ha de fertilizante NPK 30-10-20; (c) **adubação de cobertura** – 140 kg/ha de fertilizante NPK 30-00-10.

#### Colheita e armazenamento

Toda a produção de **milho** é colhida mecanicamente através da colheitadeira de grãos, os quais são comercializados junto a terceiros. A produtividade varia de acordo com o regime hídrico, sendo em média de 100 sacas/hectare. O milho não chega a ser armazenado no empreendimento, sendo comercializado quase que imediatamente após a colheita.



**B- Cultivo da Soja:**

**Plantio**

O plantio da soja é feito como uma das formas de recuperar o solo nas áreas de pastagens degradadas. Geralmente o primeiro plantio em área de pastagem degradada é feito pelo sistema tradicional, conforme descrito para o milho. No segundo ano de plantio, este deve ser direto.

**Controle de plantas daninhas**

O método mais utilizado para controlar as invasoras é o químico, isto é, o uso de herbicidas. Na propriedade são utilizados os herbicidas indicados pela pesquisa e sob supervisão de um Agrônomo. Para evitar que ocorram resíduos nos grãos colhidos, deverá ser observado o período de carência dos defensivos utilizados.

**Controle de doenças**

A maioria dos patógenos é transmitida através das sementes e, portanto, o uso de sementes saudáveis ou o tratamento das sementes é essencial para a prevenção ou a redução das perdas. O controle químico deverá ser utilizado apenas quando necessário, sendo a dosagem de acordo com a doença detectada e segundo orientação do Engenheiro Agrônomo.

**Controle de pragas**

A cultura da soja está sujeita, durante todo o seu ciclo, ao ataque de diferentes espécies de insetos. Na propriedade os inseticidas são aplicados apenas quando ocorrer infestação, sendo a dosagem de acordo com a praga detectada e segundo orientação do Engenheiro Agrônomo. Na escolha do produto, deverá ser levada em consideração a toxicidade, o efeito sobre inimigos naturais e o custo por hectare. Deverão ser utilizados EPIs (equipamentos de proteção individual) durante o preparo e a aplicação dos defensivos e também deverá ser dado o destino correto às embalagens, conforme legislação vigente. Deverá ser feita a triplíce lavagem das embalagens vazias e sua inutilização, sendo devidamente acondicionadas, em local isolado, para posterior devolução ao fabricante e/ou comerciante.

**Adubação da Soja**

O corretivo, na quantidade recomendada, deve ser incorporado, uniformemente, na camada arável do solo, ou seja, até 20 cm de profundidade. Para a identificação da necessidade de calagem, o solo deve ser amostrado na profundidade de 0 a 20 cm, podendo-se aplicar até 1/3 da quantidade necessária.

A soja obtém a maior parte do nitrogênio que necessita através da fixação simbiótica que ocorre com bactérias do gênero *Bradyrhizobium*.

**Colheita e armazenamento**

A soja é colhida mecanicamente, sendo obtidos em média 2.500 kg/ha de grãos. O transporte será feito utilizando-se carreta acoplada a trator e caminhão. Não há local de armazenamento de grãos no empreendimento. Toda a produção é comercializada imediatamente após colhida ou então armazenada em silos de terceiros. O cultivo da soja será feito em rotação com a cultura do milho, recuperando as áreas de pastagens degradadas, razão pela qual a área cultivada das duas culturas é varia de ano a ano.



### Cultivo da Cana de Açúcar:

#### Preparo do Solo

No preparo do solo, temos de considerar duas situações distintas:

- a cana vai ser implantada pela primeira vez;
- o terreno já se encontra ocupado com cana.

No primeiro caso, faz-se uma aração profunda, com bastante antecedência do plantio, visando à destruição, incorporação e decomposição dos restos culturais existentes, seguida de gradagem, com o objetivo de completar a primeira operação.

Na segunda situação, onde a cultura da cana já se encontra instalada, o primeiro passo é a destruição da soqueira, que deve ser realizada logo após a colheita.

#### Calagem:

O calcário deve ser aplicado o mais uniforme possível sobre o solo. A época mais indicada para aplicação do calcário vai desde o último corte da cana, durante a reforma do canavial, até antes da última gradagem de preparo do terreno.

#### Adubação:

Para a cana de açúcar há a necessidade de considerar duas situações distintas, adubação para cana-planta e para soqueiras, sendo que, em ambas, a quantificação será determinada pela análise do solo.

#### Plantio:

O plantio é feito em sulcos com espaçamento de 1,40 m, sua profundidade de 20 a 25 cm e a largura. Os colmos com idade de 10 a 12 meses são colocados no fundo do sulco, sempre cruzando a ponta do colmo anterior com o pé do seguinte. Em seguida são picados, com podão, em toletes de aproximadamente de três gemas. Os toletes são cobertos com uma camada de terra de 7 cm, devendo ser ligeiramente compactada.

#### Tratos Culturais:

Os tratos culturais na cana-planta limitam-se apenas ao controle das ervas daninhas, adubação em cobertura e adoção de uma vigilância fitossanitária para controlar a incidência de doenças.

#### Colheita:

A colheita, diferente do setor sucroalcooleiras que se inicia em abril, prolongando-se até novembro, período em que a planta atinge o ponto de maturação, é feita a partir de junho ou julho, de acordo com a situação das pastagens. Quando a cana for destinada a confecção de silagem a colheita é feita no período de maio a setembro, antes do início das chuvas.

### 5. Controle Processual

A Resolução n.º 237 do CONAMA, de 19 de dezembro de 1997 dispõe que:

*"Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso". grifo nosso*





## DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA

Conforme disposição do Decreto n.º 44.309, de 06 de junho de 2006, que revogou o Decreto n.º 39.424/98 e suas alterações, o licenciamento corretivo tem por escopo regularizar a situação de empreendimentos que já se encontram em fase de operação e, no entanto, não possuem licença ambiental.

Oportunamente, esclarece que a Licença de Operação Corretiva não engloba as três fases previstas pelo procedimento legal, qual seja a licença prévia, a licença de instalação e, finalmente, a licença de operação. Invoca-se ainda o princípio *tempus regit actum* para apontar o caráter eminentemente remediador da licença em apreço, tornando-se essencial, portanto, a adequação do ato jurídico praticado ao momento em que ele se aplica.

O processo encontra-se instruído corretamente, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos para a atividade em comento pela legislação ambiental em vigor, considerando-se o enquadramento disposto na Deliberação Normativa COPAM n.º 74/2004.

### 6. Caracterização Ambiental

#### 6.1 - MEIO FÍSICO

A propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, às margens do mesmo. A região pertence à unidade de relevo denominada Depressões com residuais do São Francisco. Os solos predominantes na região são do tipo cambissolos (álícos e distróficos) e areias quartzosas vermelho-amarelas (álícos e distróficos), também há a presença de solos litólicos distróficos. O clima da região é do tipo tropical quente semi-úmido, com período seco entre quatro e cinco meses.

A propriedade fica a 70 km de Lassance, sede do município, com uma população em torno de 6.554 habitantes, distante ± 330 km de Belo Horizonte

##### 6.1.1 - Da Utilização dos Recursos Hídricos

Uma grande parte da propriedade é banhada pelo Rio São Francisco, o qual recebe as águas de pequenos córregos, alguns deles não são perenes. Os principais são:

- Córrego Carambola;
- Córrego da Vereda;
- Córrego do Saco;
- Córrego do Barrocão;
- Córrego do Fonseca;

Existem 06 (seis) cadastros de Barramentos em curso de águas superficiais todos com Certidões de Registro de Uso da Água, conforme descrição abaixo:



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 NORTE DE MINAS  
 PARECER ÚNICO**

- Processo de cadastro: 002632/2007 – represamento de águas públicas do curso de água não informado, por meio de barramento com 2.300 m<sup>3</sup> de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 49' 38" S e de longitude 45° 03' 28" W para fins de dessedentação de animais;
- Processo de cadastro: 002631/2007 – represamento de águas públicas do curso de água não informado, por meio de barramento com 2.300 m<sup>3</sup> de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 50' 03" S e de longitude 45° 04' 31" W para fins de dessedentação de animais;
- Processo de cadastro: 002630/2007 – represamento de águas públicas do curso de água não informado, por meio de barramento com 2.900 m<sup>3</sup> de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 50' 18" S e de longitude 45° 05' 24" W para fins de dessedentação de animais;
- Processo de cadastro: 002629/2007 – represamento de águas públicas do curso de água não informado, por meio de barramento com 2.500 m<sup>3</sup> de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 49' 53" S e de longitude 45° 03' 45" W para fins de dessedentação de animais;
- Processo de cadastro: 002628/2007 – represamento de águas públicas do curso de água não informado, por meio de barramento com 2.600 m<sup>3</sup> de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 49' 23" S e de longitude 45° 03' 26" W para fins de dessedentação de animais;
- Processo de cadastro: 002627/2007 – represamento de águas públicas do curso de água não informado, por meio de barramento com 2.400 m<sup>3</sup> de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 49' 38" S e de longitude 45° 03' 28" W para fins de dessedentação de animais;

Existe também na Fazenda São Francisco 01 (uma) captação de água em surgência a qual possui um Cadastro de Registro de Uso da Água conforme descrição abaixo:

- Processo de cadastro: 002633/2007 - exploração de 0,4 m<sup>3</sup>/h de águas subterrâneas, durante 24:00 hora(s)/dia, totalizando 9:60 m<sup>3</sup>/dia, por meio de nascente, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 17° 50' 11" S e de longitude 45° 03' 28" W para fins de consumo humano;

**6.2 - MEIO BIÓTICO:**

De acordo com o MAPEAMENTO E INVENTÁRIO DA FLORA NATIVA E DOS REFLORESTAMENTOS DE MINAS GERAIS elaborado pela UFLA (Universidade Federal de Lavras) e o IEF (Instituto Estadual de Florestas) – 2005 - a região do município de Lassance apresenta as seguintes formações florestais:

Campo Rupestre.....	15.401,00	ha equivale a 4,80 % da área do município;
Vereda.....	675,00	ha equivale a 0,21 % da área do município;
Floresta Estacional Semidecidual.....	7.146,00	ha equivale a 2,23 % da área do município;
Campo.....	56.076,00	ha equivale a 17,49 % da área do município;
Campo Cerrado.....	8.772,00	ha equivale a 2,74 % da área do município;
Cerrado Sensu Stricto.....	82.310,00	ha equivale a 25,67 % da área do município;

Rua Carmino de Abreu, 291 – Bairro Morada do Sol – Montes Claros – MG  
 CEP 39.403-226 – Tel: (038) 3212-3811 / 2653



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 NORTE DE MINAS  
 PARECER ÚNICO**

Floresta Estacional Decidual.... 2.237,00 ha equivale a 0,70 % da área do município;  
 Total da Flora Nativa..... 172.617,00 ha equivale a 53,83 % da área do município;  
 Reflorestamento..... 38.586,00 ha equivale a 12,03 % da área do município.  
 Pinus ..... 4.479,00 ha equivale a 1,40 % da área do município.

A água consumida é própria, captada através de uma nascente, outorgada pelo IGAM, sendo localizada dentro da área da fazenda. No empreendimento não se faz o aproveitamento das águas pluviais para uso diário, exceto sua captação em pequenos barramentos para a dessedentação dos animais. Geralmente estes depósitos secam no período da seca.

A fauna presente na região é a típica do cerrado e da Floresta Estacional Decidual. Os principais representantes da mastofauna ameaçados são: lobo guará, onça pintada e onça parda. Além destes encontram-se pacas, ouriços, antas, tatus, mico-estrelas, jaguatiricas, veados, porcos do mato, gambás, cachorros e ratos do mato, além de morcegos hematófagos. Estes últimos cujos habitats são cavernas e grutas calcárias podem transmitir a raiva bovina, tendo, portanto, grande importância sanitária. De um modo geral, entretanto, a mastofauna é considerada como potencialmente importante.

**6.2.1 - Da Autorização para Exploração Florestal (APEF)**

**PARECER TÉCNICO**

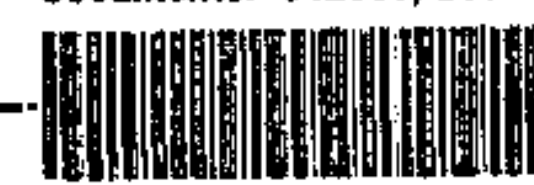
PROCESSO: 02848/2006  
 PROPRIEDADE: Fazenda São Francisco  
 PROPRIETÁRIO: Sílvio Silveira  
 MUNICÍPIO: Lassance/MG

Área total da propriedade	12.759,0531 ha
Área atualmente ocupada com pastagem (rotação cultura milho e soja)	4.451,0282 ha
Área de estradas / circulação	0,0207 ha
Área remanescente de vegetação nativa (exceto Reserva Legal e APP) em regeneração – cerrado	3.193,27 ha
Área de Várzea	690,70 ha
Área de Reserva Legal	2.608,47 ha
Área de Preservação Permanente (APP)	1.382,393 ha
Área pleiteada para desmate para implantação da silvicultura	3.193,27 ha

Em vistoria ao empreendimento, com o intuito de avaliar a viabilidade técnica de exploração florestal requerida pelo empreendedor numa área de 3.193,27,00 ha, foram observados os seguintes:

A área pleiteada para intervenção é passível de autorização para exploração florestal em razão da região onde está inserida a propriedade ser caracterizada como cerrado em regeneração, com árvores e arbustos com DAP maior que 5 cm conforme características fisionômicas da vegetação local.

Rua Carmino de Abreu, 291 – Bairro Morada do Sol – Montes Claros – MG  
 CEP 39.403-226 – Tel: (038) 3212-3811 / 2653



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 NORTE DE MINAS  
 PARECER ÚNICO**

Foi constatado ainda que, a propriedade já possuía autorização para exploração florestal na mesma área, ou seja, que anteriormente a mesma área já havia sido explorada com a silvicultura, com uma plantação de eucalipto e que a vegetação atual trata-se de um cerrado em regeneração. A referida exploração foi executada e os serviços foram concluídos, tendo o proprietário dado o uso ao solo, com a plantação do eucalipto, conforme podemos comprovar com a presença de tocos na respectiva área.

De acordo com a Lei Estadual nº 14.309/2002, em seu artigo 39, não é permitida a conversão de floresta ou outra forma de vegetação nativa para o uso alternativo do solo na propriedade rural que possui área desmatada quando for verificado que a referida área se encontra abandonada, sub-utilizada ou utilizada de forma inadequada. Entende-se por área abandonada, sub-utilizada ou utilizada de forma inadequada, aquela que não seja efetivamente utilizada, nos termos do parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Federal nº 8.629/1993, ou que não atenda aos índices previstos no artigo 6º da referida Lei, ressalvadas as áreas de pousio na pequena propriedade, na pequena posse rural ou de população tradicional. Ressalta-se ainda, que em tais áreas, são livres a roçada e a limpeza da área, respeitadas as áreas de preservação permanente e de reserva legal, conforma artigo 19 da Lei Estadual 14.309/2002.

A área de reserva legal da propriedade estará sendo averbada à matrícula do imóvel. As áreas de preservação permanente da propriedade (córregos intermitentes ou grotas, matas ciliares e veredas) devem estar devidamente conservadas e corretamente delimitadas no levantamento planimétrico. Tais áreas devem possuir vegetação nativa numa distância de 30 m de cada lado, a partir do leito maior do curso intermitente (grotas), 80 m de cada lado a partir dos solos hidromórficos no caso das Veredas, 200 m de mata ciliar ao lado do Rio São Francisco, áreas estas, que não devem sobrepor às de Reserva Legal.

O proprietário está requerendo o desmate através de corte raso com destoca em uma área medindo 3.193,27 ha de vegetação nativa de cerrado ralo, tendo sido constatado que trata-se de uma área anteriormente antropizada / desmatada, haja visto o porte da vegetação e a reduzida variedade de espécies.

O objetivo do desmate é plantar novamente eucalipto na área através de um contrato de arrendamento com a empresa GERDAU.

As Áreas de Preservação Permanente totalizam 1.382,393 hectares entre Veredas, matas ciliares e grotas. Encontra-se em bom estado de conservação.

Conforme pôde ser verificado durante a vistoria na propriedade, a área que está sendo requerida para intervenção / desmate apresenta vegetação de pequeno porte, em estágio de regeneração natural, uma vez que já foi anteriormente desmatada pelos antigos proprietários, e foi constatada a existência de espécie protegida por Lei, como é o caso do Pequizeiro (*Caryocar brasiliense*), entretanto, foi verificada a ocorrência de algumas árvores de sucupira preta, jacarandá, vinhático e gonçalo que não poderão ser suprimidas para a ampliação do empreendimento da silvicultura desde que a madeira destas espécies não seja utilizada para o fabrico de carvão, mas sim utilizadas em benfeitorias na propriedade, como a construção de cercas e galpões para armazenamento de produtos.

Portanto, este parecer único é favorável à emissão da APEF – Autorização Para Exploração Florestal em uma área medindo 3.193,27 ha de vegetação de cerrado em



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 NORTE DE MINAS  
 PARECER ÚNICO**

Pag.: 189  
 Data: 03/04/2008  
 Folha: 13/28

estágio de regeneração natural, com objetivo implantação da silvicultura, conforme demarcado em planta topográfica, sendo que uma via da planta deverá ser entregue ao proprietário a fim de que o mesmo possa obedecer aos limites da área autorizada para desmate.

Conforme Inventário Florestal realizado, o rendimento lenhoso médio para a área a ser desmatada foi de 13,27 m<sup>3</sup>/ha, já considerando a exclusão de 0,4223 m<sup>3</sup>/ha da média total geral, referente aos volumes das espécies consideradas de uso nobre, ou seja, que não poderão ser utilizados para carvoejamento. Portanto, para a área total medindo 3.193,27 ha teremos um rendimento lenhoso de 42.374,6929 m<sup>3</sup> de madeira que, convertidos em carvão vegetal resultará em um volume de 21.187,34645 mdc (Metros de Carvão).

Fica proibido o uso do fogo nas operações de limpeza da área sem a prévia autorização do Instituto Estadual de Florestas.

O processo de desmatamento vai causar a fragmentação de hábitat que, por sua vez, é uma das grandes ameaças a biodiversidade. A fragmentação de hábitat limita o potencial de uma espécie de dispersão e colonização. Muitas espécies de pássaros, mamíferos e insetos não atravessarão nem mesmo faixas estreitas de ambientes abertos, por causa do perigo de predação. Como resultado, muitas espécies não recolonizam os fragmentos após a população original ter desaparecido. Além disso, quando a dispersão animal é reduzida pela fragmentação de hábitat, plantas com frutos ou sementes aderentes, que dependem dos animais para dispersar suas sementes, serão afetadas também. Assim, como o empreendimento gera impactos não mitigáveis torna-se necessário a compensação ambiental.

**6.2.2 - Da Reserva Legal**

**PARECER TÉCNICO**

PROCESSO: 02848/2006  
 PROPRIEDADE: Fazenda São Francisco  
 PROPRIETÁRIO: Silvio Silveira  
 MUNICÍPIO: Lassance/MG

Área total da propriedade	12.759,0531 ha
Área atualmente ocupada com pastagem (rotação cultura milho e soja)	4.451,0282 ha
Área de estradas / circulação	0,0207 ha
Área remanescente de vegetação nativa (exceto Reserva Legal e APP) em regeneração - cerrado	3.193,27 ha
Área de Várzea	690,70 ha
Área de Reserva Legal	2.608,47 ha
Área de Preservação Permanente (APP)	1.382,393 ha
Área pleiteada para desmate para implantação da silvicultura	3.193,27 ha

A área total do empreendimento é de **12.759,0531 hectares**, conforme Levantamento Planimétrico (georreferenciado ao sistema geodésio brasileiro) feito pelo Engenheiro Agrimensor Gladson Geraldo dos Santos - CREA 44.218/D com ART 31046015 anexos aos autos, assim como a escritura unificada de todas as matrículas passada pelo cartório

Rua Carmino de Abreu, 291 - Bairro Morada do Sol - Montes Claros - MG  
 CEP 39.403-226 - Tel: (038) 3212-3811 / 2653

de registro de imóveis de Várzea da Palma, documento este que faz parte dos autos do processo 028/2007 Reserva Legal – pg 01 a pg 03 vinculado ao processo de regularização ambiental de nº 04902/2007/001/2007 – Sílvio Silveira.

A Reserva Legal deverá ser averbada no registro do imóvel, o que correspondente a uma área de 2.608,47 ha que é superior aos 20% do que é exigido por Lei, conforme Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas acostado aos autos do processo, área superior a 20% da área total da propriedade, em cumprimento à Lei Estadual 14.309, de 19 de junho de 2002. Entretanto em alguns pontos a área encontra-se desprotegida, cuja adequação será exigida no item "Condicionantes" a esta licença, conforme Anexo I.

Como este processo trata-se de uma Licença de Operação Corretiva as opções para a escolha da área a ser averbada como Reserva Legal de uma certa forma ficam comprometidas, porém na Fazenda São Francisco existem algumas áreas remanescentes de mata nativa em vários estágios de regeneração. A análise para a locação da área da reserva Legal sempre está focada em formar corredores ecológicos, quando for possível, no empreendimento em questão foram demarcadas áreas conforme descrição:

O memorial descritivo de todas as áreas que compõe a Reserva Legal constam dos autos do processo nº 028/2007 Reserva Legal – pg 223 a pg 255 vinculado ao processo de regularização ambiental de nº 04902/2007/001/2007 – Sílvio Silveira.

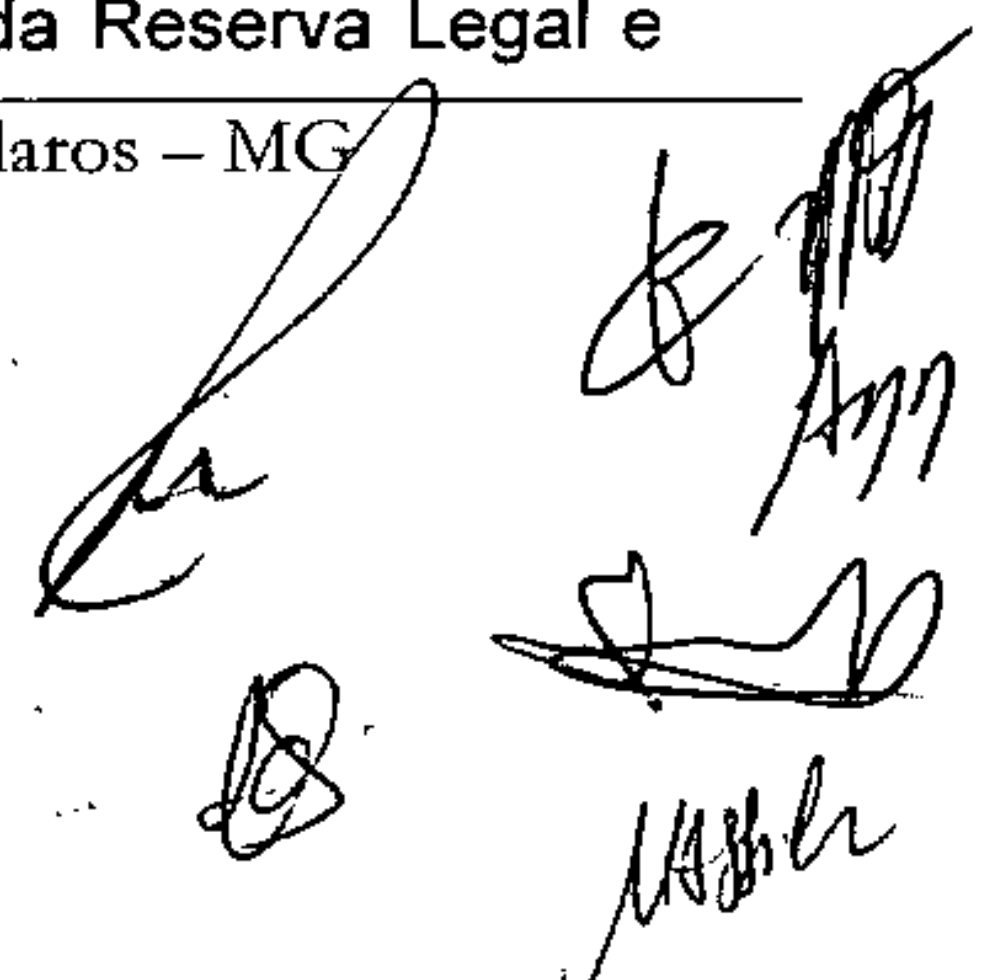
### **6.2.3 - Da Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)**

Na Fazenda São Francisco encontram-se várias áreas de preservação permanentes dentre elas podemos citar de maior relevância as Veredas com extensões consideráveis, matas ciliares de córregos intermitentes e a mata Ciliar às margens do Rio São Francisco.

As Áreas de Preservação Permanente totalizam 1.382,393 ha, correspondentes a 10,83 % da área total da propriedade. Considerando o manejo da propriedade como um todo, as boas práticas de proteção das faixas ciliares também devem levar em consideração os distúrbios gerados fora destas áreas e que interferem nas mesmas. Por isso, deve-se atender às seguintes recomendações:

- não adubar as áreas de plantio próximas às matas ciliares em dose superior à capacidade de infiltração;
- adequar estradas internas da propriedade de forma a reduzir a possibilidade de carreamento de sedimentos para a área ciliar.

O empreendedor deverá implantar a recomposição das Áreas de Preservação Permanente (mata ciliar à beira do Rio São Francisco) nos locais onde não estão devidamente demarcadas, tais áreas devem possuir vegetação nativa numa distância de 200 m, nos casos dos córregos intermitentes deve-se deixar uma faixa de vegetação nativa correspondente a 30m assim como nas áreas de veredas onde deve-se deixar uma faixa de vegetação nativa de 80 m depois do solo hidromórfico, estas áreas de preservação permanente deverão de preferência anexa na área de reserva legal, porém não poderão ser computadas em termos de área como a mesma, a preservação da Reserva Legal e





**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 NORTE DE MINAS  
 PARECER ÚNICO**

das áreas de preservação permanente constam no item – Condicionantes – a esta licença, em seu Anexo I.

**6.2.4 - Unidades de Conservação**

No quesito Unidades de Conservação e Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, as informações foram obtidas em consulta à Base de Dados Georeferenciados do SIAM (<http://www2.siam.mg.gov.br/webgis/semadm/viewer.htm>, acesso em 12/12/2007):

**Restrição Ambiental Relação de Unidade de Conservação distante até 10 Km:**

Nenhum indicativo de restrição encontrado

**6.3 - MEIO SOCIO-ECONÔMICO E CULTURAL:**

O município de Lassance está inserido ao norte do estado de Minas Gerais, abrangendo uma área de 3.214 Km<sup>2</sup> e segundo o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2001, possui uma população de 6.554 habitantes e também possui os seguintes dados:

Pessoas residentes - resultados da amostra - municípios vigentes em 2001, 6554 habitantes
Valor adicionado na agropecuária, 23732.338, mil reais
Valor adicionado na indústria, 1411.624, mil reais
Valor adicionado no serviço, 14438.566, mil reais
APU, 7214.671, mil reais
Impostos, 228.796, mil reais
PIB, 39811.324, mil reais
PIB per capita, 6115.41, Reais
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - municípios vigentes em 2001, 5045 habitantes
Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - municípios vigentes em 2001, 2415 habitantes
Homens residentes - 10 anos ou mais de idade - municípios vigentes em 2001, 2630 habitantes
Pessoas residentes - frequência à creche ou escola - municípios vigentes em 2001, 2069 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo - municípios vigentes em 2001, 746 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - até 1 salário mínimo - municípios vigentes em 2001, 1619 habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 1 a



2 salários mínimos - municípios vigentes em 2001, 627, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 2 a 3 salários mínimos - municípios vigentes em 2001, 177, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 3 a 5 salários mínimos - municípios vigentes em 2001, 120, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 5 a 10 salários mínimos - municípios vigentes em 2001, 72, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 10 a 20 salários mínimos - municípios vigentes em 2001, 17, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 20 salários mínimos - municípios vigentes em 2001, 25, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - sem rendimento - municípios vigentes em 2001, 2387, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo - municípios vigentes em 2001, 746, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 1 a 3 anos de estudo - municípios vigentes em 2001, 1408, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 4 a 7 anos de estudo - municípios vigentes em 2001, 1931, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 8 a 10 anos de estudo - municípios vigentes em 2001, 487, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 11 a 14 anos de estudo - municípios vigentes em 2001, 346, habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 15 anos ou mais de estudo - municípios vigentes em 2001, 15, habitantes

**7: Descrição dos Impactos identificados**

**Geração de Efluentes**

**Bovinocultura:** a maior parte dos efluentes gerados permanecem a pasto. Durante o período de confinamento temos a geração diária variando entre 5 e 10 toneladas, de acordo com o número de cabeças que terão acesso aos comedouros com volumoso. No curral também ocorre a geração, mas geralmente nos dias em que são feitas as práticas de manejo, tais como as vacinações, etc. Podemos dizer que em média são geradas 6,0 toneladas por mês. Todos os resíduos sólidos recolhidos são destinados à área de cultivo de cana.

**Efluentes sanitários domésticos:** são 12 pontos de geração, incluindo a casa sede, a casa usada como escola que inclusive deverá ser desativada e o alojamento.

- Casa sede – possui baixo uso, devendo ser considerado apenas 4 usuários, gerando uma média de 50 litros/usuário/dia totalizando 400 litros/dia somando os outros gastos.
- 8 casas de funcionários – com média de 4 usuários gerando em torno de 100 litros/usuário/dia que somados a outros gastos inerentes a uma casa, totalizam 400 litros/dia. Duas destas casas estão sem moradores.





**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO  
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NORTE DE MINAS  
PARECER ÚNICO**

• Alojamento – destinado aos funcionários que não residem no empreendimento, principalmente os temporários, os quais devido a grande distancia entre a fazenda e as cidades mais próximas, permanecem no local de trabalho durante a semana e retornam às suas casas no final de semana.

Podemos considerar uma média de 70 litros/usuário/dia totalizando 400 litros/dia. No alojamento geralmente não são lavadas as roupas. Escola – atualmente são apenas dois alunos e a professora, razão pela qual a prefeitura deverá fornecer transporte e eles, juntamente com outros, serão levados para um local com maior número de estudantes. A geração não chega aos 100 litros/dia. Atualmente os efluentes são encaminhados para fossas negras com 5 (cinco) metros de profundidade e 1,5 m de largura, as quais são vedadas com manilhas de concreto e fechadas com tampa de concreto.

**Efluentes gerados pela área de lavagem de veículos e máquinas agrícolas**

O empreendimento possui uma área de lavagem de veículos e implementos agrícolas, bem como uma oficina mecânica, tais instalações não possuem canaletas ligadas ao sistema separador de água e óleo (SAO)

**Resíduos orgânicos (cadáveres, restos de parto, etc.)** a eliminação de carcaças de animais que morrem em condições normais de produção representa um problema de difícil solução, pois o volume de material a ser eliminado tende a ser bastante significativo. Esse material pode apresentar um risco potencial de transmitir agentes causadores de doenças aos suínos e aos homens.

**Embalagens de Agrotóxicos:** geralmente o uso mais intenso fica restrito ao período de plantio, sendo comprado apenas o volume de uso imediato. Todos os produtos classificados como agrotóxicos são adquiridos mediante receituário agrônomo, suas embalagens passam pela triplice lavagem, têm o fundo perfurado e são devolvidas ao fabricante e/ou comerciante.

**Resíduos sólidos não orgânicos:** geração de lixo, refeitório e escritório, constituídos basicamente de papel, vidros, metais, restos de comida etc., embalagens de produtos médico-veterinários e agrotóxicos, recomendamos a deposição em bombonas com tampa, separando vidros, plásticos, papéis e metais. Posteriormente o conteúdo destes depósitos transitórios deverão ser destinados ao aterro sanitário municipal. As embalagens de carrapaticidas, desinfetantes, sarnicida, entre outros também devem passar pela triplice lavagem e terem o fundo perfurado antes de serem armazenadas.

**Agricultura:**

A agricultura causa impactos ambientais principalmente através do preparo da área para plantio e devido à aplicação de adubos, corretivos e defensivos agrícolas. Os possíveis impactos ambientais causados pela implantação de pastagens, agricultura, silvicultura estão descritos a seguir:

a) Diminuição da vegetação natural com destruição da fauna e flora – praticamente toda a área da propriedade já fora desmatada anteriormente, gerando carvão e dando lugar às pastagens;



- b) Pulverização das camadas superiores do solo – A aração e a gradagem do terreno pulverizam a camada superficial do solo, o que pode facilitar a ocorrência de erosão;
- c) Alterações físico-químicas do solo provocando lixiviação de elementos, salinização do solo e eutrofização de águas superficiais causado pela aplicação de adubos e corretivos;
- d) Empobrecimento do solo pela exportação de nutrientes via colheita;
- e) Contaminação de águas superficiais e lençóis freáticos, intoxicação de trabalhadores rurais e contaminação do solo com defensivos agrícolas e suas embalagens.

#### Procedimentos para situação de emergência:

Acidentes envolvendo criações de bovinos dizem respeito a intoxicações de funcionários durante a aplicação de carrapaticida e mosquicida, produtos de baixo uso no empreendimento devido à raça de bovinos criada apresentar baixa infestação e também porque a região é de baixa incidência.

#### Águas pluviais:

Até o momento não se tem feito o aproveitamento das águas pluviais para a utilização no manejo diário da fazenda. Um dos motivos diz respeito ao custo, uma vez que os bovinos criados no sistema extensivo têm acesso a aguadas naturais e barramentos. Para o devido aproveitamento das águas pluviais deverão ser construídos depósitos, onerando a atividade. A abundância de água, inclusive sem a necessidade de uso de bomba para a captação para uso na sede e nas casas dos funcionários. Os bovinos têm acesso a aguadas naturais espalhadas por todo o empreendimento. Os barramentos maiores dificilmente secam totalmente, mas os menores têm pouca duração. Em caso de emergência o empreendedor conta com a possibilidade de captar água no Rio São Francisco através de caminhão pipa, fato que já ocorrera quando a seca foi muito longa, inclusive a nascente também secou.

#### 8. Medidas mitigadoras

##### Efluentes sanitários domésticos:

A destinação dos efluentes sanitários deve ser feita em fossas sépticas equipadas com filtro anaeróbico e sumidouro, devidamente dimensionadas para o número de funcionários e demais usuários estabelecidos no empreendimento, de acordo com as normas da ABNT-NBR 7229/93. Em se tratando de resíduos provenientes de cozinhas e refeitórios, deve haver um tratamento prévio através de caixas de gordura, antes de serem destinados às fossas sépticas.

##### Sistema de tratamento dos efluentes líquidos:

No lavador de máquinas e implementos agrícolas, deverá ser implantado um separador de óleos e águas e posteriormente um depósito para decantar e não atingir a coleção hídrica. Os efluentes do lavador passarão pelo separador e serão destinados a um depósito com capacidade para 6 mil litros ou no mínimo 30 dias de geração.

**Resíduos sólidos não orgânicos:** A contenção temporária dos resíduos sólidos constituídos por embalagens de produtos médico-veterinários, deverá ser feita atendendo às condições básicas de segurança descritas na Norma ABNT 11.174. Para os recicláveis,

recomendamos a implantação de um sistema de coleta seletiva, com posterior encaminhamento para empresa de reciclagem. Para os rejeitos recomendamos o encaminhamento para o aterro sanitário municipal, uma vez que estes não podem ser reciclados. Embalagens de produtos médico-veterinários são devolvidas à empresa integradora. Neste local o armazenamento poderá ser feito em tambores ou contêineres ou ainda a granel. Estes resíduos constituídos de vidro, plástico e metal poderão ser depositados em bombonas plásticas devidamente identificadas para este fim. Na execução e operação de um local de armazenamento dos resíduos, devem ser considerados aspectos relativos ao isolamento, sinalização, acesso à área, medidas de controle da poluição ambiental e segurança da instalação.

**Resíduos orgânicos:**

Com a finalidade não só de proteger a saúde dos animais e do pessoal, mas também para evitar a contaminação ambiental, prevenir problemas como mau cheiro e proliferação de moscas tornam-se necessários processos adequados de disposição final desses resíduos. Os cadáveres são enterrados. São apenas 150 vacas destinadas à produção de bezerros, cujos partos ocorrem a pasto, sendo que os restos placentários permanecem a pasto, como em todas as fazendas de gado de corte no sistema extensivo.

**Plano de controle médico de saúde ocupacional – PCMSO:**

O PCMSO conforme NR 07 deve ser empregado nas propriedades com mais de 20 funcionários. A grande maioria dos empreendedores rurais não têm conhecimento de tais exigências, razão pela qual a AVIMIG promoveu o Workshop sobre Legislação, Segurança e Medicina do Trabalho com o intuito de instruir os técnicos ligados ao setor.

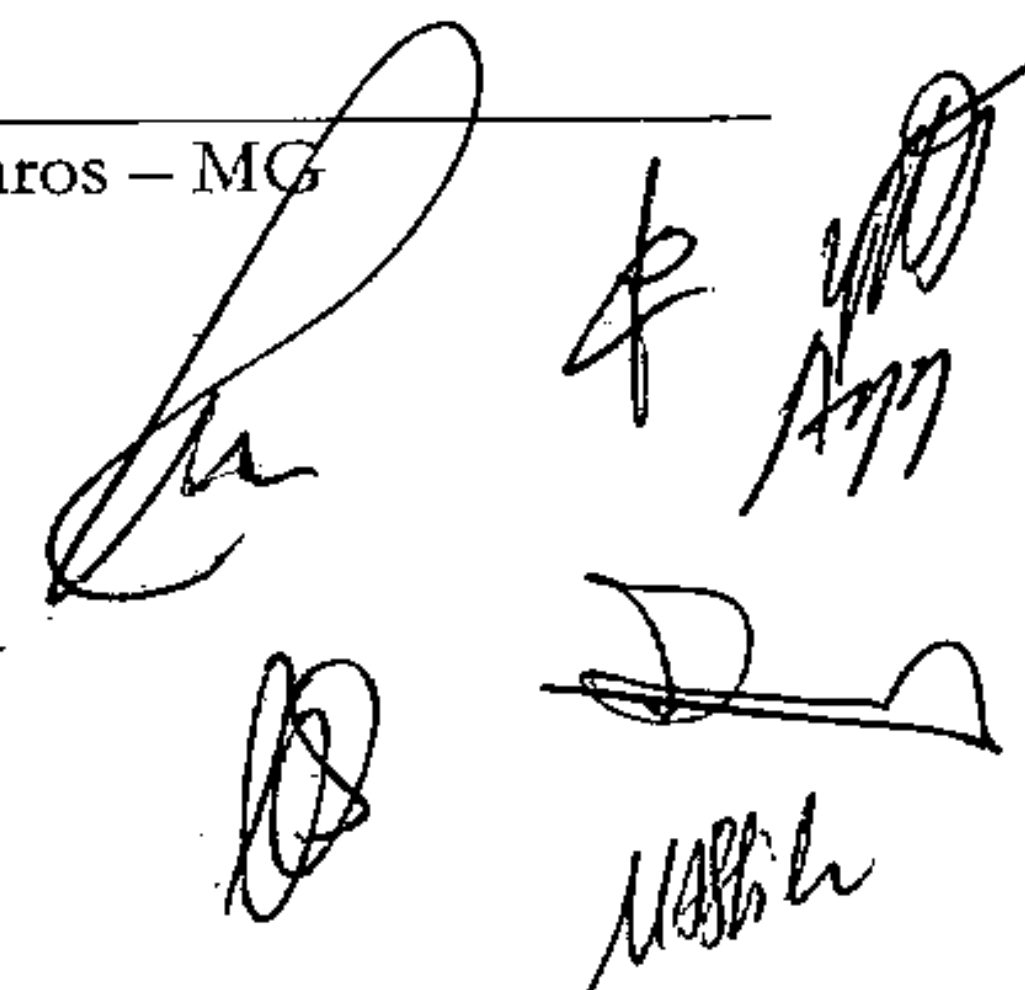
**Sistema de controle de águas pluviais:**

As águas pluviais captadas através das áreas impermeabilizadas são encaminhadas para a parte baixa do terreno, não sendo aproveitada para uso no empreendimento, exceto para a dessedentação animal através dos barramentos.

O sistema de controle de escoamento de águas pluviais deve ser mantido, fazendo com que estas infiltrem no entorno dos galpões, onde são necessárias a presença de uma vegetação rasteira e arborização, evitando a formação de enxurradas que acabam arrastando partículas de solo para as partes mais baixas do terreno. O sistema de tratamento de dejetos deve estar protegido das águas pluviais através da elevação das suas bordas, bem como através da construção e manutenção de curvas de nível à montante e à jusante do mesmo, evitando acidentes como transbordamentos. Além disso, práticas conservacionistas do solo devem ser adotadas em toda propriedade, com atenção especial nas áreas de plantio, no entorno das construções, lagoas e estradas. O ideal é implantar um sistema para o aproveitamento das águas pluviais no processo produtivo, tornando o sistema mais econômico e ambientalmente melhor.

**Agricultura:**

Na propriedade o plantio dá forma tradicional ocorre apenas no primeiro ano, sendo que a partir daí o plantio é direto, obedecendo a declividade do terreno, preservando a matéria orgânica e melhorando a conservação da umidade no solo. Estes cuidados impedem a



ocorrência de erosão no terreno. Nos pontos de maior inclinação serão implantadas as captações de águas superficiais através das barraginhas.

O plantio em nível, o plantio direto, impedirá que os adubos químicos e orgânicos sejam arrastados pela enxurrada para os córregos e rios. É importante que a aplicação dos adubos químicos e orgânicos seja feita de forma controlada, obedecendo ao resultado de análise de solo e foliar e orientado por Engenheiro Agrônomo. Mais uma vez temos nas barraginhas uma forma de evitar que os adubos e defensivos atinjam a coleção hídrica, uma vez que elas retêm a água pluvial que carrearia os elementos para os rios e córregos. A fertilidade do solo será recomposta a cada nova safra por meio de aduções químicas e em algumas áreas orgânica (resíduos da bovinocultura). Vale lembrar que uma das vantagens do plantio direto é preservar a matéria orgânica do solo e repor parte dos nutrientes pela decomposição dos restos dos vegetais.

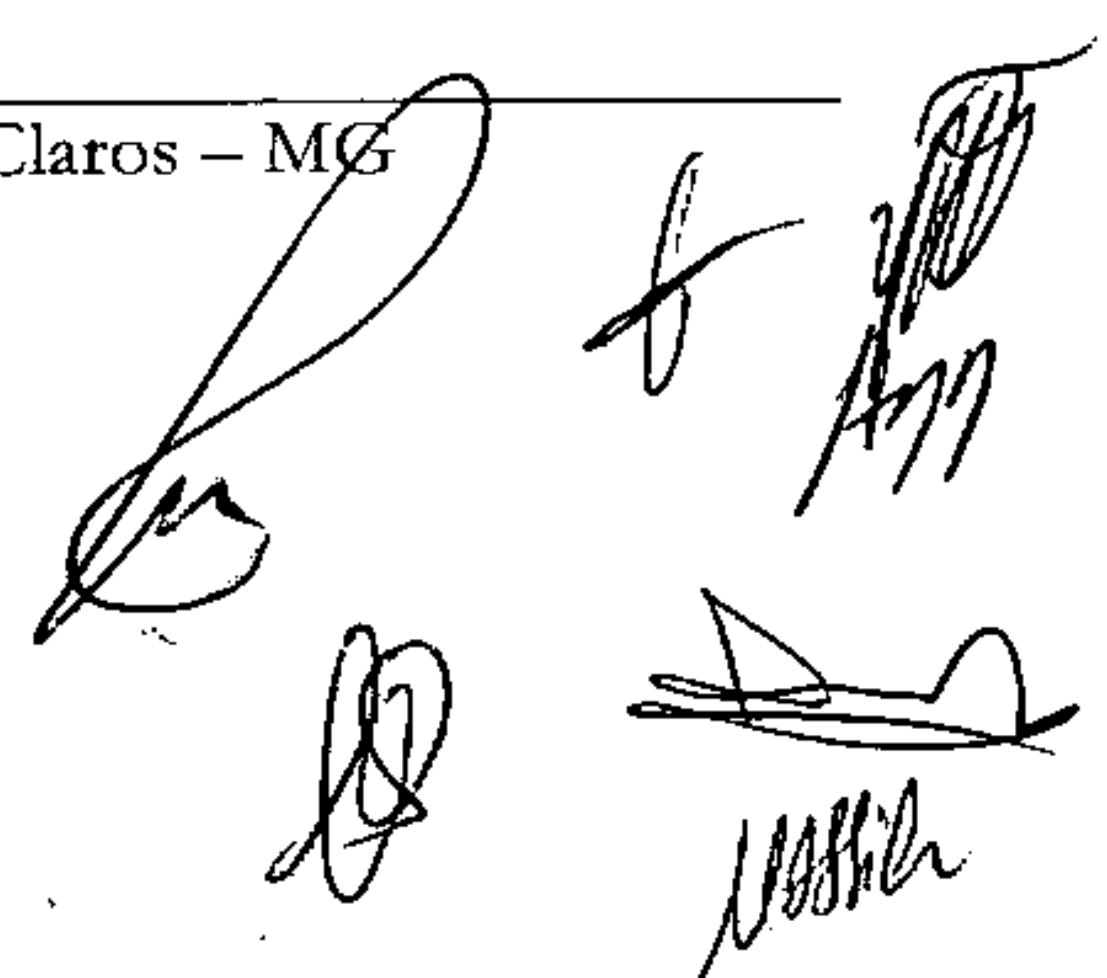
Na propriedade a aplicação de defensivos agrícolas é feita na dosagem recomendada pelo fabricante e/ou técnico responsável, sendo feita com a utilização dos equipamentos de segurança necessários. As embalagens passam pela triplíce lavagem e são armazenadas para serem devolvidas aos fornecedores, conforme legislação em vigor. Estas práticas visam minimizar a degradação do meio ambiente causada pelos defensivos agrícolas, bem como a proteção de animais e das pessoas. Outra medida mitigadora importante trata-se do atendimento aos preceitos do receituário agrônômico quando da utilização de agrotóxicos, bem como a correta utilização dos EPI's. o receituário agrônômico será de responsabilidade do Técnico Agrícola Paulo Roberto Ferreira que presta assessoria ao empreendimento. Todos os insumos e produtos serão adquiridos com registro específico para a cultura, sendo que a aplicação de adubos químicos vem sendo realizada mediante a análise prévia do solo, bem como da análise foliar da cultura, conforme cópias de laudos de análise de solo e foliar anexos aos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor.

Também, semestralmente, à mesma época das análises físicas e químicas do solo, serão colhidas amostras do solo com trado à profundidade de 0,50 e 1,0 metro para identificar resíduos de agrotóxicos.

Como medidas que contribuem para a manutenção da estrutura física e química do solo podem ser adotados os seguintes procedimentos: manter a cobertura do solo, plantios em nível, construção de terraços, reflorestamento de áreas com solos mais pobres, combater a erosão, integração de árvores nos sistemas pecuários, manutenção da fertilidade através da adubação orgânica, proteger as áreas de preservação permanente e reflorestá-las, quando necessário, adotar o replantio da forragem; adotar medidas para coletar, armazenar e tratar os dejetos nos pontos possíveis de serem realizados, para posterior utilização.

Também está previsto o monitoramento da qualidade da água. As amostras serão realizadas trimestralmente. Serão colhidas amostras sempre à jusante dos pontos de captação.

As estradas internas da fazenda receberão manutenção duas vezes por ano para evitar qualquer indício de instalação de processo erosivo do solo que é mínimo no empreendimento em questão dada a topografia da área, que é praticamente plana, apresentando suave declividade em direção à área da Reserva Legal. A manutenção ocorrerá no início e término da estação chuvosa.





Os insumos utilizados no plantio das culturas anuais são armazenados em dois galpões. Geralmente a aquisição se dá no período pré-plantio, sendo transportados por veículos de terceiros. A produção gerada através do cultivo das culturas anuais é comercializada na colheita ou destinada a armazéns de terceiros para a comercialização futura.

Os bovinos são comercializados vivos para o abate pesando em torno de 15 arrobas, sendo destinados aos frigoríficos dentro do próprio estado. A alimentação para uso dos bovinos confinados no período da seca é armazenado em silos de superfície próximo do local de confinamento. A cana é cortada e triturada e transformada em silagem. A cada ano são feitos novos silos, sendo necessário apenas a compra da lona.

#### **Sistema de prevenção e combate a incêndios:**

Algumas medidas de prevenção a incêndios recomendadas para o meio rural são:

- Manter aceiros principalmente nas cercas das divisas e entre as glebas de eucalipto.
- Não incinerar material usado, exceto em locais apropriados e mesmo assim sob a supervisão de um funcionário.
- Manter extintores de incêndio nos pontos de maior risco, como por exemplo local de abastecimento dos veículos.
- Montar, equipar e treinar uma brigada contra incêndio.
- Não efetuar queimada em restos de culturas, exceto se sob orientação e fiscalização dos técnicos do IEF e com a brigada contra incêndio em alerta.

Os principais equipamentos que podem auxiliar no combate ao fogo, e portanto, devem existir na propriedade são: chorumeira, ou caminhão tanque, pulverizadores costais, canhões e bombas de irrigação, abafadores, entre outros que poderão ser recomendados pelos técnicos do IEF.

#### **9. Discussão**

Para a conclusão do presente parecer foram utilizadas informações apresentadas no Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA), bem como nas informações complementares solicitadas e vistorias realizadas.

O empreendimento ocasiona os impactos positivos descritos anteriormente, todos importantes para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Os impactos negativos poderão ser minimizados e revertidos com as medidas mitigadoras propostas. Além disso, em sua maioria, são impactos de ordem direta, restritos ao local da atividade. Em síntese, uma vez mitigados ou minimizados os impactos negativos, os benefícios do empreendimento justificam plenamente o seu funcionamento.

No RCA e nos documentos de informações complementares apresentados pelo empreendedor, foram descritas as características locais e identificados os principais impactos ambientais gerados pelas atividades do empreendimento. Enquanto que o PCA apresentou propostas de medidas mitigadoras, tendo sido consideradas adequadas.

O empreendimento, como qualquer outra atividade, gera tanto impactos positivos quanto negativos. Os impactos positivos descritos anteriormente são importantes para o desenvolvimento sócio-econômico da região, principalmente através da geração de



empregos e qualificação de mão de obra.

Os impactos negativos poderão ser atenuados e revertidos com a adoção das medidas mitigadoras e de auto-monitoramento propostas pelo empreendedor. Além disso, são impactos, em grande parte, de ordem direta, restritos ao local da atividade.

Em síntese, uma vez mitigados ou minimizados os impactos negativos da atividade, os benefícios ou impactos positivos da mesma justificam plenamente o funcionamento do empreendimento.

#### 10. Conclusão:

Com base na documentação apresentada e nos estudos realizados contemplados no RCA e PCA, no Plano de Utilização Pretendido e Inventário Florestal, bem como nas informações complementares fornecidas, foram relatadas as características locais e regionais do empreendimento, identificando os principais impactos ambientais gerados pelas atividades e as medidas mitigadoras propostas. Diante destes estudos, os quais consideramos satisfatórios e não havendo óbices legais ao funcionamento do empreendimento, esse Parecer Único sugere a concessão da APEF – Autorização Para Exploração Florestal, Averbação da Reserva Legal e da Licença de Operação Corretiva (LOC) ao empreendimento localizado na Fazenda São Francisco, de propriedade do Sr. Silvio Silveira, observadas as recomendações constantes neste parecer e Condicionantes anexas.

A partir da análise do processo pela equipe técnica da SUPRAM-NM conclui-se que o empreendimento em questão gerará impactos não-mitigáveis. Sendo assim, será necessário a compensação ambiental por parte do empreendedor. É válido ressaltar que o valor da compensação (que varia de 0,5% a 1,1% do empreendimento) e a destinação do recurso será determinado pela Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB).

#### 11. Parecer Conclusivo

Favorável: ( ) Não      ( X ) Sim

#### 12. Validade da licença:

06 (seis) anos



Anexo I

**Condicionantes**

<b>PARECER ÚNICO</b>		<b>042585/2008</b>
<b>Nº 003/2008SUPRAM NM</b>		
Indexado ao Processo Nº: <b>04902/2007/001/2007</b>	Validade da Licença:	
Tipo de processo:	<b>06 (seis) anos</b>	
Licenciamento Ambiental ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Auto de Infração ( )		
Empreendimento (Razão Social): <b>Silvio Silveira</b>	CNPJ / CPF: <b>087.539.036-68</b>	
Empreendimento (Nome Fantasia): <b>Fazenda São Francisco</b>		
Município: <b>Lassance</b>		
Atividade predominante: <b>Silvicultura</b>		
Codigo da DN e Parâmetro: <b>G-03-02-6</b>		
Porte do Empreendimento	Potencial Poluidor	
<b>Pequeno ( X )</b> Médio ( ) Grande ( )	<b>Pequeno ( )</b> Médio ( ) <b>Grande ( X )</b>	
Classe do Empreendimento: <b>5</b>		
Fase Atual do Empreendimento: <b>LOC</b>		

**Condicionantes**

Itens	Descrição da Condicionante	Prazo	Fase do Licenciamento
<b>1</b>	Adequar a área de lavagem de veículos, assim como a área de oficina, manutenção de máquinas e implementos agrícolas e posto de abastecimento, conforme projeto apresentado.	<b>180 dias*</b>	<b>LOC</b>
<b>2</b>	Apresentação anual do receituário agrônomo e dos comprovantes de entrega de embalagens vazias de agrotóxicos.	<b>Durante a vigência.</b>	<b>LOC</b>
<b>3</b>	Construção da fossa séptica para tratamento dos efluentes sanitários	<b>120 dias *</b>	<b>LOC</b>
<b>4</b>	Obter, junto a Câmara de Proteção a Biodiversidade a fixação da compensação ambiental nos termos da Lei 9985/00.	<b>60 dias*</b>	<b>LOC</b>

Rua Carmino de Abreu, 291 – Bairro Morada do Sol – Montes Claros – MG  
CEP 39.403-226 – Tel: (038) 3212-3811 / 2653

*[Handwritten signatures and initials]*



5	A área de Reserva Legal deverá ser cercada e protegida contra a entrada de animais domésticos (não devendo ser usada como "solta" na época da seca para a criação de bovinos de corte (sistema extensivo)	180 dias*	LOC
6	As estradas internas que passam pela propriedade deverão estar sempre em bom estado de conservação, além do que deverão ser construídos sistemas de drenos de forma que não interrompam o fluxo de água onde as mesmas cortam as veredas (áreas de preservação permanente)	180 dias*	LOC
7	Apresentação de uma planta topográfica planialtimétrica contendo toda a localização da infra-estrutura da silvicultura, principalmente os carregadores respeitando os limites das áreas de preservação permanente	180 dias*	LOC
8	As recomendações constantes do Parecer e não apresentadas como condicionantes deverão ser observadas pelo empreendedor. Se necessário, e a critério do órgão ambiental, poderão ser objeto de determinação e cumprimento durante o processo de fiscalização e acompanhamento da referida licença.	Durante a vigência	LOC
9	Apresentar um relatório técnico detalhado da fauna existente no empreendimento com ART de profissional habilitado.	60 dias*	LOC
10	Apresentar um diagnóstico da área da Reserva Legal e das áreas de Preservação Permanente e caso seja constatada degradação também deverá ser apresentado um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas assim como seu respectivo cronograma de execução.	60 dias*	LOC
11	Apresentar relatório de comprovação da execução das medidas/condicionantes, acompanhado de relatório fotográfico.	180 dias*	LOC

(\*) Salvo especificações, os prazos são contados a partir da concessão da Licença.

*[Handwritten signatures and initials]*





Anexo II

**PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO**

**1- EFLUENTES LÍQUIDOS SANITÁRIOS**

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência
Entrada do tanque séptico e na saída do filtro anaeróbio.	pH, temperatura, vazão média diária, sólido em suspensão, sólido sedimentáveis, Óleos e graxas, detergentes, DBO e DQO.	Trimestral. *

\*prazo de 60 dias a partir da construção do sistema de tratamento de esgoto sanitário.

- Relatórios de análise: Enviar trimestralmente a SUPRAMNM, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas, e informar a produção industrial e número de empregados, no período. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.
- Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* APHA – AWWA, última edição.

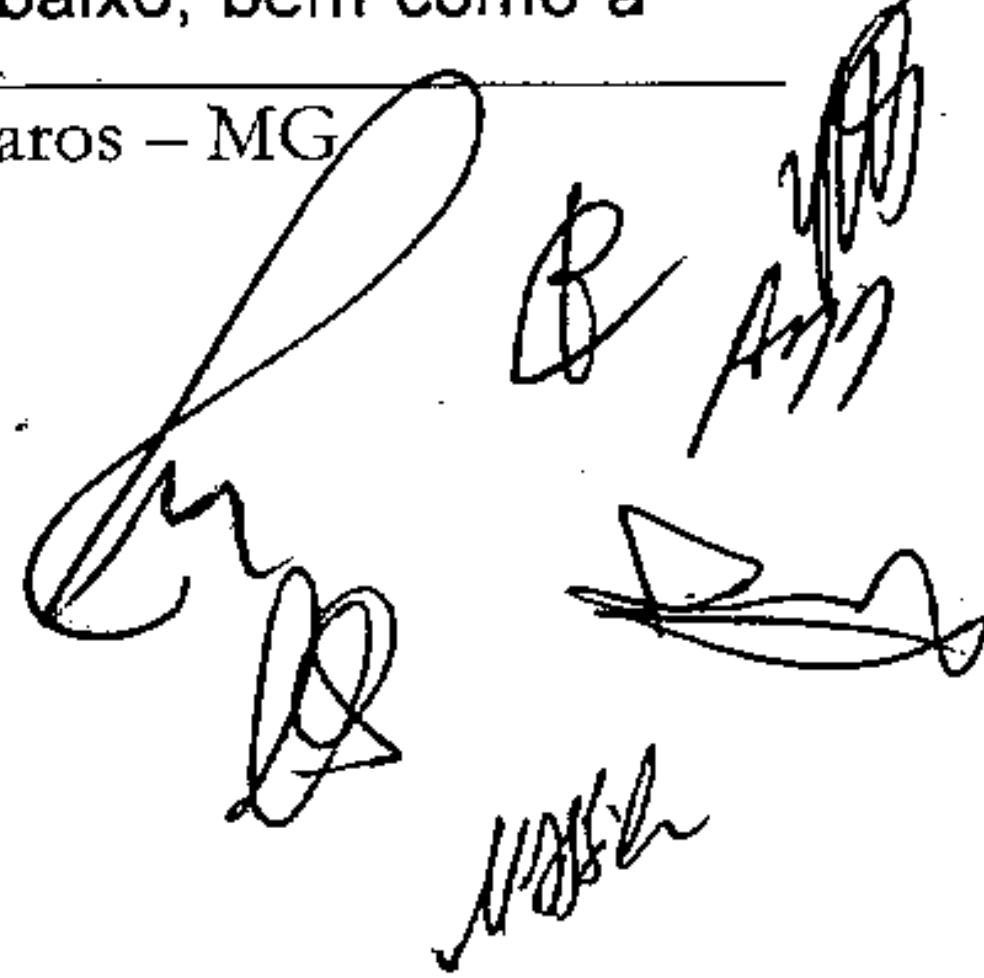
**2 – ANÁLISE DE SOLO.**

LOCAL	PARÂMETRO	FREQUÊNCIA
No local onde está implantada a cultura.	Fertilidade do solo, através de análise físico-químico anual nas profundidades de 0-20 cm, 20-40 cm, avaliando as seguintes características: Textura, pH, matéria orgânica, fósforo assimilável, cálcio, magnésio, alumínio, hidrogênio+alumínio, soma de bases trocáveis, CTC-Efetiva, CTC-Total, índices de saturação de bases e de alumínio, enxofre, bem como os micronutrientes (ferro, zinco, cobre, manganês e boro).	Semestralmente


Relatórios: Enviar anualmente até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

**3 – RESÍDUOS SÓLIDOS:**

Deverão ser confeccionadas planilhas semestrais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a





	<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>		
	<b>NORTE DE MINAS</b>		
<b>PARECER ÚNICO</b>			

identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações, as quais serão apresentadas quando solicitadas pela SUPRAM NM

Modelo da planilha de controle de resíduos:

Resíduo		Taxa de geração no período	Transportador (nome, endereço, telefone)	Empresa receptora (nome, endereço, telefone)	Forma de disposição final (*)
Denominação	Origem				

- (\*) 1- Reutilização      2 - Reciclagem      3- Aterro sanitário  
 4 - Aterro industrial      5 - Incineração      6 - Co-processamento  
 7 - Aplicação no solo      8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)  
 9 - Outras (especificar)

- Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a Superintendência regional de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas para verificação da necessidade de licenciamento específico.

- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas.

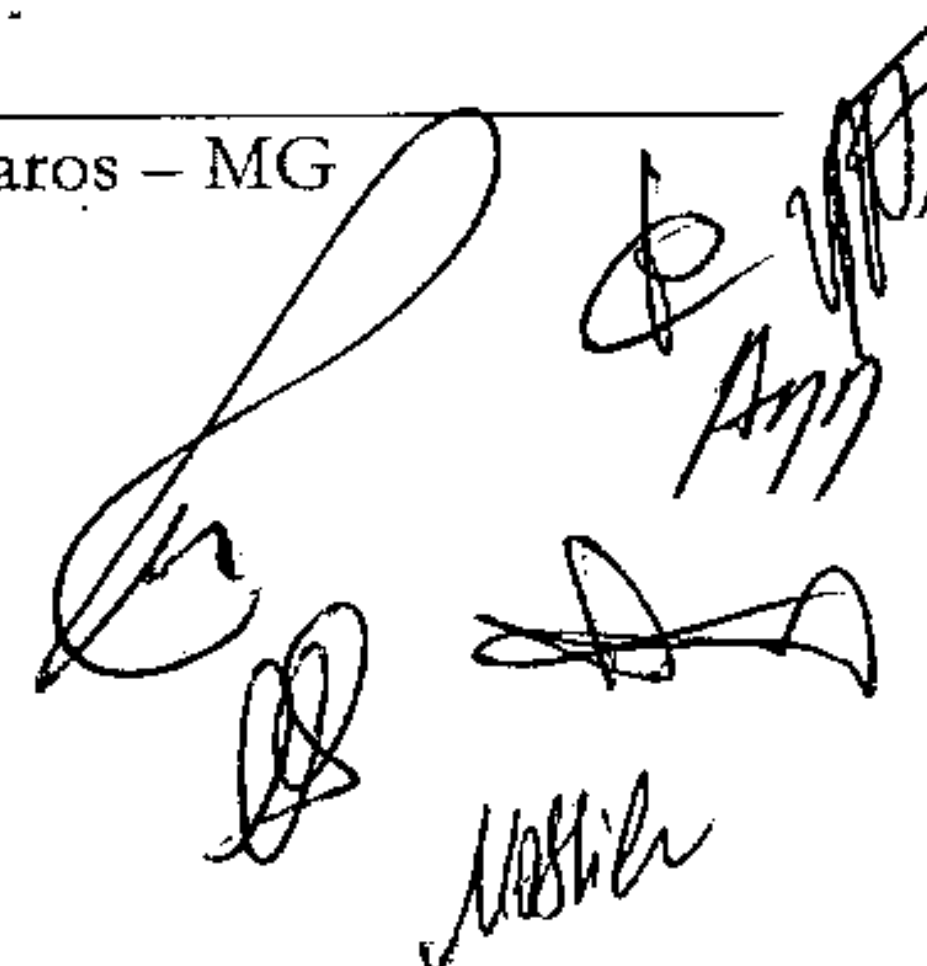
#### 4. EFLUENTES LÍQUIDOS ORIGINÁRIOS DA CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA/ÓLEO:

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência
Entrada e saída do sistema de caixa separadora de água e óleo.	pH, temperatura, vazão média, sólido em suspensão, sólido dissolvidos, Óleos e graxas, detergentes, DBO e DQO, fenóis.	Trimestralmente*

(1) Os relatórios de automonitoramento do efluente líquido deverão ser apresentados a partir do início de operação dos biodigestores

(2) Os relatórios de automonitoramento das amostras de solos dos terraços deverão ser apresentados a partir do início de operação da caixa separadora de água/óleo

- **Relatório:** Enviar trimestralmente à SUPRAM NM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.
- **Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater APHA – AWWA*, última edição.



- O lançamento de efluentes líquidos em corpos receptores deverá obedecer ao disposto na Resolução CONAMA nº 20/86, Deliberação Normativa COPAM nº 10/86 e NBR 13969/97.

Processo: 04382/2007/001/2007  
Documento: 042585/2008



Pag.: 203

## 5. RESÍDUOS SÓLIDOS E CONTATO COM O ÓLEO:

Deverão ser confeccionadas planilhas semestrais de controle da geração e disposição dos resíduos sólidos em contato com o óleo, contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações, as quais serão apresentadas quando solicitadas pela SUPRAM NM.

Modelo da planilha de controle de resíduos

Resíduo	Taxa de	Transportador	Empresa	Forma
Denominação	geração	(nome, endere	receptora (nome,	de
Origem	no	ço, telefone)	endereço,	disposição
	período		telefone)	final
				(*)

- (\*) 1 - Reutilização  
2 - Reciclagem  
3 - Aterro sanitário  
4 - Aterro industrial  
5 - Incineração  
6 - Co-processamento  
7 - Aplicação no solo  
8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)  
9 - Re-refino de óleo  
10 - Outras (especificar)

- Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM NM para verificação da necessidade de licenciamento específico.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação de resíduos deverão ser mantidas disponíveis pelo empreendedor para fins de fiscalização.
- As doações de resíduos deverão possuir anuência prévia do órgão ambiental.
- Fica proibida a destinação dos resíduos sólidos e oleosos, considerados como Resíduos Classe 1 segundo a NBR 10.004/87, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela Resolução CONAMA 362/2005 em relação ao óleo lubrificante usado.

### IMPORTANTE

- OS PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESPECIFICADAS PARA O PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO PODERÃO SOFRER ALTERAÇÕES A CRITÉRIO DA ÁREA TÉCNICA DA SUPRAM NM, FACE AO DESEMPENHO APRESENTADO PELOS SISTEMAS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES;
- A COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ITENS DESTE PROGRAMA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, EMITIDA PELO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S), DEVIDAMENTE HABILITADO(S);



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NORTE DE MINAS**  
**PARECER ÚNICO**

**Pag.: 204**  
**Data: 08/01/2008**  
**Folha: 28/28**

➤ QUALQUER MUDANÇA PROMOVIDA NO EMPREENDIMENTO, QUE VENHA A ALTERAR A CONDIÇÃO ORIGINAL DO PROJETO DAS INSTALAÇÕES E CAUSAR INTERFERÊNCIA NESTE PROGRAMA DEVERÁ SER PREVIAMENTE INFORMADA E APROVADA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL.

Data/Equipe Interdisciplinar:

<p>Superintendente: Laís Fonseca dos Santos</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  Laís Fonseca dos Santos Superintendente Regional Norte de Minas / SEMAD Masp: 1043818-6</p>
<p>Responsável pelo setor Técnico: Hélio de Moraes Filho</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  Hélio de Moraes Filho DIRETOR DE APOIO TÉCNICO SUPRAM NORTE DE MINAS MASP: 1127778-6</p>
<p>Gestor do processo: Reinaldo Miranda Fonseca</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  Reinaldo Miranda Fonseca Analista Ambiental Supram NM - Masp 615025 - 4</p>
<p>Analista Ambiental: Adelton Nunes Nascimento</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  Adelton Nunes Nascimento Analista Ambiental Supram NM - Masp 1050676 - 4</p>
<p>Analista Ambiental: Marco Alexandre Souza Silva</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  Marco Alexandre S. Silva</p>
<p>Analista Ambiental: José Aparecido Alves Barbosa</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  José Aparecido Alves Barbosa Analista Ambiental - Agrônomo Supram NM - Masp 1147708 - 0</p>
<p>Responsável pelo setor Jurídico: Yuri Rafael de Oliveira Trovão</p>	<p>Assinatura / Carimbo:  Yuri Rafael de Oliveira Trovão Gestor Ambiental - Jurídico Supram NM - Masp 449172 - 6</p>
<p>Montes Claros, 08 de janeiro de 2008</p>	